

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

Camisa-de-Força

OS jornais publicaram um dramático anúncio das escolas particulares. — “Nota de Falecimento” — prognosticando a sua breve extinção se for mantida, nesse terreno, a política de aumentos adotada pelo Governo.

Há temas crônicos, no Brasil; e a educação é um deles. Argumentam as escolas particulares que há pelo menos 10 anos as anuidades (que depois passaram a semestralidade), são reajustadas em níveis insuficientes, e sempre pela inflação passada. Mostram um gráfico onde a curva da receita vai descendo proporcionalmente à elevação da despesa com pessoal (a grande rubrica do orçamento das escolas). Não se viu, entretanto, ao longo desses anos, a classe dos professores melhorar de vida; enquanto são abundantes as “histórias de sucesso” dos que investiram em educação.

O investimento, em si, era inteligente: criou-se, no Brasil moderno, uma romaria às escolas — e sobretudo às universidades. Mas a romaria, se se dirigia em parte ao saber, buscava sobretudo o famoso diploma, que deveria abrir as portas do mercado de trabalho.

Na massificação pedagógica, esfumou-se a diferença entre uma escola com experiência e tradição e os “armazéns do ensino” que se vê um pouco por toda parte.

As autoridades do ensino parecem ter fechado os olhos ao problema. Em outros tempos, havia alguma sofisticação, por parte do Governo, na hora de calcular os quocientes de aumento: havia uma tabela diferenciada onde pesava a despesa com professores, a relação professor/aluno, etc. Uma escola séria tinha motivos para pleitear um aumento de anuidade. Apoiada em razões sérias, dispunha de meios para pagar razoavelmente a seus professores, e para manter as turmas numa proporção séria: 35, '36 alunos. Desaparecido esse critério, o nivelamento por baixo tornou-se inevitável. Se o aumento é um só, indiferenciado, acaba-se premiando o estabelecimento que adote critérios “comerciais” para a tarefa pedagógica: as turmas imensas, as aulas-fantasmagóricas engordam a receita da escola, mas não o bolso do professor.

A farsa é maior nas áreas carentes, onde a educação oficial muitas vezes não aparece. Há um sistema de bolsas oficiais pelo qual a escola particular atua “supletivamente” quando o Estado está ausente; mas quem controla essa rede de ensino “periférica”? Ainda existe fiscalização?

Esse processo que engorda e se auto-alimenta não existiria (ou seria diferente) sem uma boa dose de complacência da própria sociedade. Se a educação brasileira parece às vezes tão caótica, tão perdida, isto se deve à ausência de um verdadeiro propósito nacional em matéria de educação.

O problema energético, por exemplo, recebe atenção — e até discussões acaloradas. Pode-se discutir esta ou aquela prioridade; defender este ou aquele caminho; combater a energia nuclear com melhores ou piores argumentos; mas a questão em si existe sob os olhos da sociedade — ainda que seja o canto do olho.

Em que momento ou lugar se viu, neste país, uma discussão consistente do problema do ensino — problema vital, porque lida com as crianças, com os jovens, com os adolescentes? A discussão é exclusivamente tópica, circunstancial. Costuma surgir, por exemplo, na época do vestibular. A deformação que é o “vestibular unificado” nunca deixa de causar um susto quando as multidões de jovens se dirigem para o que parece às vezes um autêntico matadouro. Cutucase o problema; passa o vestibular, e não se fala mais no assunto até o ano seguinte.

O que queremos, afinal, em matéria de educação? Queremos mesmo construir uma nação moderna, capaz de disputar uma vaga no bloco dos desenvolvidos? Ou estamos satisfeitos com o país do “mais ou menos” que está à nossa frente?

O panorama da educação faz acreditar mais nessa última hipótese. O país ainda não teve coragem de tirar as consequências do que seria um projeto educacional “democrático”. Criadas, nesse terreno, oportunidades iguais para todos, o mercado de trabalho talvez funcionasse de um modo bem diverso do que se verifica atualmente. As profissões e, sobretudo, os cargos públicos seriam disputados com base na competência, e não mais do “pistolão”, do compadrio.

Não há um só país no mundo onde a influência pessoal e a amizade não abram portas na carreira profissional. Apesar, no Brasil, na nossa velha sociedade patriarcal, esses fatores costumam exibir uma força incontrastável. A sociedade conforma-se às suas desigualdades; aos estratos sociais muito bem diferenciados; às polias e roldanas que levam alguns para cima e mantêm os outros em baixo.

Nesse mundo patriarcal, arcaico, “disciplinado”, não há necessidade de verdadeira competição — excetuadas as profissões particularmente dinâmicas. Nem de verdadeira educação — contanto que o país se conforme em ficar à margem da competição internacional.

Como num jogo de cartas marcadas, a competência vem em primeiro lugar do “diploma”; e logo em seguida da “carta de recomendação”, que se resume ao “pistolão”. A educação substantiva se torna, assim, bastante relativa. Já não tem tanta importância que se ensine isto ou aquilo; que os currículos sejam mais ou menos modernos; atraentes ou enfadonhos. A máquina azeitada pela mediocridade e pelo interesse mesquinho produzirá os seus milhões de alunos; os quais, no devido tempo, tentarão as pistas do “vestibular unificado”; e depois de mais algum tempo, sairão com o seu diploma sem terem percorrido, por causa disso, uma verdadeira evolução intelectual ou cultural (reservado o espaço dos autodidatas). Enquanto essa mentalidade predominar, qual a diferença real entre as boas e as más escolas? E se essa diferença não importa, por que não deixar que todas cobrem o mesmo pelo ensino que fornecem, ou que sejam regidas exatamente pelos mesmos regulamentos — camisa-de-força que recompensa os “tubarões” e desanima os idealistas?